



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Brasília, 9 de maio de 2012

Discurso do presidente Alexandre Tombini em evento no Sebrae para lançamento do Plano de Ação para Fortalecimento do Ambiente Institucional para a Adequada Inclusão Financeira

Muito boa tarde a todos, senhoras e senhores,

O propósito deste encontro é o de mostrar o quanto já se avançou no processo de inclusão financeira no Brasil, e propor aqui, por meio deste Plano de Ação para Fortalecimento do Ambiente Institucional para a Inclusão Financeira, uma agenda futura de trabalho envolvendo os parceiros institucionais aqui presentes.

O Banco Central vem há tempos se dedicando ao estudo de temas que dizem respeito à inclusão financeira no País. Desde 2002 organiza seminários de ampla visibilidade para debater o universo de temas relacionados à inclusão financeira, tais como microcrédito, microfinanças, além de novos canais de acesso e uso compatíveis com a expansão das demandas sócio-econômicas brasileiras verificada nos últimos anos.

Medidas adotadas na última década

O Governo tem orientado o processo de inclusão financeira por meio de debate com diversos atores institucionais (indústria financeira, academia e outros). Como resultado promovemos diversas iniciativas regulatórias, além de programas de microfinanças e estudos de avaliação do cenário atual, alguns dos quais mencionarei mais adiante. Todo esse esforço é responsável pela superação de barreiras geográficas desse país-continente, e pela incorporação de milhões de novos clientes ao Sistema Financeiro Nacional.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Nos últimos dez anos, várias ações do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil foram exitosas no sentido de promover a adequada inclusão financeira da população. A esse respeito, gostaria de destacar três pontos em particular.

O primeiro refere-se ao papel fundamental desempenhado pelo modelo de **correspondentes adotado no país**, que impulsionou o acesso a certos serviços financeiros tanto em localidades remotas, como em bairros menos assistidos de cidades médias e periferias de regiões metropolitanas. Em 2000, 82% dos municípios tinham menos de 5 pontos de atendimento por 10.000 adultos, sejam eles agências, postos, cooperativas de crédito e correspondentes. Em 2010, 94% dos municípios se encontravam acima desses 5 pontos de atendimento por 10.000 adultos.. Mais do que isso, em 2010 todos os municípios brasileiros contavam com ao menos um ponto de atendimento de serviços financeiros.

O segundo ponto se refere ao **cooperativismo de crédito**, considerado um segmento-chave no aprimoramento da inclusão financeira no Brasil. Realizamos, nessa década, várias modificações que contribuíram para o contínuo e seguro crescimento do cooperativismo financeiro em nosso país. Essas modificações cobrem desde a especialização da supervisão do cooperativismo, com a criação de um departamento especializado para esse segmento. até a customização da regulamentação prudencial das cooperativas, que melhor adequou os requerimentos de capital e a prestação de informações, ao considerar as especificidades do segmento.

Houve ainda outros aprimoramentos no campo regulatório tais como:

- a possibilidade de criação de cooperativas abertas, ampliando o potencial de associados e,
- o aperfeiçoamento das exigências de governança, fator estratégico para a promoção da excelência na gestão do cooperativismo de crédito.

Essas mudanças regulatórias, combinadas com o esforço do próprio setor em aperfeiçoar seu modelo de negócio e gestão, tem permitido o desenvolvimento e o crescimento do cooperativismo de crédito no nosso País. Em algumas regiões do Brasil elas já têm presença marcante, contribuindo para o processo de inclusão financeira.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

O terceiro ponto diz respeito à **qualidade e adequação dos serviços financeiros**. **Destaco medidas voltadas à promoção da transparência e da concorrência**, que são benéficas ao consumidor, tais como:

- a exigência de divulgação do custo efetivo total (CET);
- a instituição de regras de portabilidade de operações e de informações (cadastro) dos clientes;
- a padronização de tarifas, tornando comparáveis os custos gerais da prestação de serviços, em especial, os atrelados à conta-corrente, e
- a instituição do componente organizacional de ouvidoria nas instituições financeiras.

Mais recentemente, gostaria de salientar a nova regulamentação de dependências. Trata-se de um passo importante no sentido do aperfeiçoamento regulatório, adequando-o a um novo contexto de estrutura do nosso sistema financeiro e de desenvolvimento econômico da sociedade brasileira. A nova regulamentação de dependências irá contribuir para a ampliação da oferta de serviços financeiros no Brasil com segurança.

Contudo, gostaria de ressaltar que todos esses avanços regulatórios -- que objetivam fomentar, de forma segura e com qualidade, o processo de inclusão financeira no Brasil --, só se tornaram possíveis num ambiente de solidez de fundamentos macroeconômicos, e, função da existência de um sistema financeiro igualmente sólido e estável. A estabilidade financeira é uma condição e também um componente importante para a crescente inclusão financeira.

Acredito também no potencial transformador propiciado pelas ações de educação financeira, as quais, ao possibilitarem maior grau de conhecimento para a sociedade, e estimularem maior nível de responsabilidade, contribuem também para um processo de inclusão financeira equilibrado e sustentável. O Banco Central do Brasil, em conjunto com os demais parceiros do Comitê Nacional de Educação Financeira - CONEF, tem desenvolvido muitas ações de educação financeira, dirigidas a diferentes segmentos e faixas etárias da sociedade brasileira.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Agenda Internacional

A constatação da importância de se promover a inclusão financeira da população – tema já plenamente inserido na agenda internacional -- tem possibilitado crescente destaque às ações e resultados alcançados pelo Brasil.

Há muito o BCB tem participado ativamente das discussões no âmbito do G-20. Em 2009, foi constituído o Grupo de Especialistas em Inclusão Financeira (FIEG - *Financial Inclusion Experts Group*), com participação relevante do Brasil na coordenação dos trabalhos que resultaram na elaboração dos Princípios para Inclusão Financeira Inovadora do G-20.

Esses princípios, hoje, são base para as ações implementadas no âmbito da **Parceria Global para Inclusão Financeira** do G-20, lançada ao final de 2009, e nortearam também nossos trabalhos, resultando na presente criação dessa plataforma pró-inclusão financeira, tal como proposto no âmbito do G 20.

No âmbito de grupo de trabalho da Aliança para Inclusão Financeira (AFI), componente do G-20, assumimos também a coordenação dos trabalhos de desenvolvimento de dados que permitem compreender o cenário de inclusão financeira no mundo, por intermédio de **indicadores de acesso, de uso e de qualidade de serviços financeiros**. Tudo isso está em sintonia com os trabalhos desenvolvidos em nível doméstico no tocante ao aprofundamento do diagnóstico da inclusão financeira no País.

Contexto da Parceria Nacional para Inclusão Financeira

Ao comemorar esses 10 anos de envolvimento do Banco Central do Brasil na divulgação, na disseminação e no aprofundamento do conhecimento e da articulação sobre questões relativas à inclusão financeira, foi lançada, durante o III Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira, em novembro do ano passado, a proposta de se institucionalizar a chamada Parceria Nacional para Inclusão Financeira - PNIF.

Objetivos da Parceria Nacional para Inclusão financeira



BANCO CENTRAL DO BRASIL

A Parceria Nacional para a Inclusão Financeira possui os seguintes objetivos, tendo em vista a necessidade de fortalecimento do ambiente institucional:

1. Expandir e melhorar o acesso da população a serviços financeiros
2. Favorecer a responsabilidade financeira e o acesso a informações sobre serviços financeiros, por meio da educação financeira e do aumento da transparência
3. Atuar para que a oferta de serviços financeiros seja mais adequada às necessidades da economia e da população.

Linhas de ação

Para o período de 2012 a 2014, foram identificadas **três linhas de ação prioritárias** no que tange ao fortalecimento do ambiente institucional para a promoção da inclusão financeira no país, para as quais contaremos, em sua maioria, com o apoio das firmes parcerias aqui anunciadas, sendo elas:

1. aprofundar o diagnóstico sobre o processo de inclusão financeira no país, para melhor direcionar políticas públicas.
2. aprimorar o marco legal e regulatório;
3. facilitar o acesso da população a informações sobre a utilização de serviços financeiros, contribuindo para a promoção da educação financeira

Nesse sentido, o plano de ação para o fortalecimento do ambiente institucional propõe, em especial, medidas regulatórias, além de outras ações a comporem uma agenda de trabalho para o período de 2012 a 2014. O plano indica ainda algumas das entidades parceiras diretamente envolvidas em sua execução, sem prejuízo da participação de outros atores que possam oferecer contribuições ao programa.

Algumas decisões muito importantes já foram tomadas, como por exemplo:



BANCO CENTRAL DO BRASIL

- a instituição de grupo de trabalho com o Ministério das Comunicações para tratar de questões afetas à regulamentação do mobile payment, e
- a criação do Subcomitê de Inclusão Financeira no âmbito do Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (Coremec), que reúne, permanentemente, importantes reguladores da economia brasileira (BCB, CVM, SUSEP e PREVIC), já com propostas de inúmeras medidas.
- há ainda outras iniciativas sendo gestadas no âmbito de acordos e convênios existentes, a exemplo dos acordos entre o Banco Central com o Ministério da Justiça, com Ministério do Desenvolvimento Social, e com o o Sebrae, algumas a serem detalhadas ao longo dessa tarde.

As ações sendo propostas no âmbito dessas parcerias, que serão detalhadas ao longo dos trabalhos do dia de hoje, não surgiram de maneira repentina, assim como as parcerias apresentadas não se mostram vagas promessas. Resultam de intenso esforço de diagnóstico da inclusão financeira no país. Nos últimos anos, foram realizados três fóruns sobre o tema, em que se debateram os principais entraves à promoção de um adequado processo inclusivo da população ao SFN, e foram publicados dois relatórios sobre a realidade do país em relação à inclusão financeira, com base em dados informados pelas instituições supervisionadas pelo Banco Central do Brasil.

Fechamento

Toda a atuação que este Banco Central e demais atores têm empenhado, nos últimos anos, constitui uma linha de referência para novas ações no futuro.

Isso é o que nos traz hoje a este evento: a necessidade de dar andamento ao processo de implementação de um ambiente institucional ainda mais profícuo ao processo de promoção da adequada inclusão financeira da população brasileira.

Lembro a todos que, conforme divulgamos no III Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira, em novembro de 2011, aqui mesmo em Brasília, a PNIF, como instrumento de



BANCO CENTRAL DO BRASIL

coordenação de esforços, está em plena sintonia com os Princípios do G20 para Inclusão Financeira Inovadora, com destaque aos princípios de **cooperação**. Ou seja, desenvolver um ambiente institucional com claras definições de responsabilidade e de coordenação dentro do governo. E encorajar parcerias e consultas diretas entre governo, setor privado e outros interessados – e de liderança – isto é, cultivar amplo compromisso governamental pela inclusão financeira para ajudar no combate à pobreza.

Celebramos hoje, portanto, o lançamento do Plano de Ação para Fortalecimento do Ambiente Institucional para inclusão financeira para o triênio 2012-2014. O plano, sujeito a aprimoramentos e inserção de novas entidades, conforme desenvolvimento dos trabalhos, estará disponível no site do Banco Central . O andamento dos trabalhos serão apresentados por ocasião dos próximos fóruns do Banco Central sobre Inclusão financeira.

Aproveito a oportunidade já para convidá-los para o IV fórum, que acontecerá em Porto Alegre, nos dias 30 e 31 de outubro.

Destaco meu agradecimento a todos os presentes que, de alguma forma, têm permitido avançar nesse processo nos últimos anos, mediante intensa discussão e colaboração visando um crescimento econômico sustentado, algo que todos desejamos.

Agradeço em especial a presença e participação nesse evento de Sua Alteza Real Princesa Maxima, nossa convidada especial, como todos sabem, uma antiga parceira do Banco Central, ferrenha e respeitada defensora do processo de inclusão financeira, cujas contribuições já se mostram plenamente reconhecidas nos fóruns internacionais.

Agradeço também a participação das Autoridades que aqui representam os demais parceiros institucionais aqui presentes, todos atores fundamentais desse trabalho conjunto que hoje queremos aprofundar em prol da sociedade brasileira.

Convido a todos a prosseguir nessa parceria, para que possamos implementar novas pautas, num ambiente institucional ainda mais eficiente e eficaz para a condução de políticas públicas.

Em nome do Banco Central do Brasil, meu muito obrigado a todos.